



casadesarmiento

centro de estudos do património

Núcleo de Documentação Abade de Tagilde | Casa de Sarmiento | © Sociedade Martins Sarmiento

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmiento, 51
4810-241 Guimarães
E-mail: casa.sarmiento@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt

Henrique Duarte e Sousa Reis

Não só a falta de documentos fomenta embargos à organização dos estudos históricos, pois também procedem do mingoamento dos cronistas, de escritores mais ou menos coevos dos factos, em cujas obras ficariam guardadas as memórias e tradições do seu tempo, elementos e notícias que não coubessem à índole documental. Por isso, talvez, todas as terras que os possuem desvanecidamente os apregoam, tanto mais quanto mais remotos, o que justo é, pois de grande acorço são os velhos eruditos e antiquários para os actuais historiôgrafos, efectuados os desconfortos das fantasias e miragens peculiares às passadas épocas.

Poucos no seu activo conta o Pôrto, pertencendo ao ilustre bispo D. Rodrigo da Cunha as honras da prioridade, porque em 1623 publicou o *Catálogo dos Bispos do Pôrto*, reeditado em 1742 com o acréscimo duma prêgação do antiquário Cerqueira Pinto, homem de quimérica imaginativa e patranheiro de mérito. Em 1690 escreveu frei Bento Manuel Pereira de Novais a massiva *Anacrisis Historial* com o aditamento enxundioso do *Episcopologio*, cujos manuscritos só em 1912 a 18 fruíram a luz da publicidade, em benemérita edição da Domus Municipalis, dirigida pelo notabilíssimo erudito Sampaio Bruno e efectuada com o estrênuo e devoto esforço do bibliotecário José Maria da Costa. Mais tarde, em 1789, surge a *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Pôrto*, composta pelo padre Agostinho Rebêlo da Costa, obra apreciável, decerto, embora mui mais valedora pudesse ser, porquanto, em regra, se limita a genéricas nomenclaturas e sucintos descritivos. José Marcelino Peres Pinto, um dos feridos do cerco do Pôrto, em 1869, compila os *Apontamentos para a história da cidade do Pôrto*, simples colectânea de factos com algumas descrições de templos religiosos. Breves anos volvidos, em 1875, publica Simão Rodrigues Ferreira as *Antiguidades do Pôrto*, cuja parte de transcrições documentais é a útil, visto a histórica só repetir as imaginárias ideias procedentes do século XVII. Por

fim, estampou o jornal *O Camões*, de 1882, uma interessante monografia histórica, da autoria de António Augusto Leal, director do mesmo.

A este agrupamento cumpre juntar a vasta obra de Henrique Duarte e Sousa Reis, embora ainda lamentavelmente manuscrita, que ele, com evangélica tenacidade, escreveu durante o período de 1863 a 72, subordinada ao título geral de *Apontamentos para a história do Pôrto*.

Para se completar o elenco das obras fundamentais para o estudo histórico do Pôrto, ou seja a bibliografia geral da cidade, há que lhe adir as magníficas colecções de diplomas galhardamente publicadas pela Câmara Municipal: o *Corpus Codicum Latinorum*, em 1915, sob a competentíssima chefatura de José Caldas, e o *Censual do Cabido da Sé do Pôrto*, em 1924, preparado com zelo inexcusável pelo bibliotecário José Maria da Costa.

Comporta sete volumes a obra de Sousa Reis, guardada na Biblioteca Municipal, e constitui um farto manancial informativo, pois abrange não só a história geral da cidade como a do povo, do clero, do comércio, dos usos e costumes, da administração, com plantas, desenhos a lápis e aguarelados, cujo suplemento de notícias forma o 7.º volume. Não pode utilizar-se, é claro, sem determinadas cautelas, mercê de bastos erros, justificados, afinal, já pela superabundante acumulação de materiais, já pela deficiência crítica dos tempos do autor. Também Sousa Reis não baptizou a obra com o nome de História mas, sim, de Apontamentos. Com todos os seus defeitos, certo é o ser notável e de graúda prestatça, o que concede ao autor o reconhecimento dos genuínos tripeiros e o direito de reaver da cidade uma consagração, visto que a prol dela deu parte da sua vida. Ora nenhuma melhor que a impressão dos seus livros, cuja falta deslustra os brios citadinos e representa um agravo à tradição mental do Pôrto, o que não se opõe ao dever de se outorgar o seu nome a uma rua limpa.

Mas, quando nem Coelho Lousada e João Pedro Ribeiro, nem Pedro Ivo, Soares de Passos e Vieira Portuense — nomes de maior ou menor divulgação, embora todos ilustres — têm obtido esse justo galardão, — em troca gozam-no estupendos anónimos e zés ninguéns, tais Santos Pousada, Faria Guimarães, Guedes Azevedo, Oliveira

Monteiro e Ferreira Cardoso —, e como há-de recebê-lo Sousa Reis, completamente ignorado, a pesar do muito que trabalhou em benefício do Pôrto?

Henrique Duarte e Sousa Reis foi o 3.º filho dos 17 havidos no matrimónio de Joaquim José Duarte e Sousa (1775-1837) e D. Rita Roberta Gonçalves e Sousa, falecida em 1827, neto paterno de Luís António de Sousa Reis e D. Ana Eufrásia Duarte e Sousa (primos entre si), bisneto paterno de António Sousa Reis e D. Ana Maria Duarte, neto materno de Bernardo José Gonçalves e D. Teresa Joaquina de Sousa, todos negociantes de grosso trato no Pôrto e senhores de fartos cabedais. Ficavam o estabelecimento e a casa do pai na rua de S. João, mas não era um negociante boçal, antes homem de apreciável instrução, visto que, depois dos seus estudos de latinidade, fôra educado num colégio de Inglaterra, falando italiano, francês e inglês. Tinham-se manifestado as suas tendências para a vida religiosa; mas o pai, por ser êle o filho primogénito, empenhara-se em confiar-lhe a sua importante casa comercial, tal o pedia o costume. De refúgio para muita gente serviu a sua moradia aquando da invasão bruta de Soult. Perigou a sua vida nessa emergência por querer matá-lo um soldado francês, enfurecido com a escassês de dinheiro em metal apanhado nas buscas de salteador. Joaquim Duarte e Sousa, porém, pôde rapidamente aproximar-se duma janela para clamar socorro. Propiciou-o a ventura, pois nesse momento passava na rua um oficial, o qual, logo entrando em casa, escorraçou os bandoleiros que a saqueavam e, para a proteger, nela estabeleceu bofeio.

Certo dia resolveu o infortúnio visitar esta família, onde a prosperidade reinava de longo tempo, e entrou-lhe a pobreza em casa por Joaquim Duarte querer amparar um parente, o primo e cunhado Joaquim Teixeira Duarte, falido vergonhosa e aleivosamente, de cujo auxilio, compensado por negra ingratidão, derivou, depois, a falência do primeiro. Acudiu à infausta adversidade o amor carinhoso da mãe, D. Ana Eufrásia, que com os seus recursos proveu às necessidades de filhos e netos, e a firmeza de ânimo,

o valor moral da espôsa, D. Rita Roberta, que prontamente sacrificou o seu dote e as suas jóias, com fácil obli-vio dos hábitos de abastança e luxo. O exemplo, todavia, não serve para os tempos de agora. E os amigos? Como sempre, estes, que nas horas da ventura pressurosamente entravam em casa para se regalarem com a distinção da



Henrique Duarte e Sousa Reis

companhia e com os deleites do luxo da mesma, ao que não eram alheias as consolações do estômago, abandonaram-nos abjectamente, vilmente. Mais uma vez acertava Ovídio: *Donec eris felix, multos numerabis amicos, tem-pora si fuerint nubila, solus eris.*

Notável foi a falência, acontecida em 1820, de Joaquim Duarte e Sousa, tanto pela importância dos seus valores, como pelos episódios que provocou. Segundo a

expressão do neto Henrique, *no Pôrto foi singular este monstruoso processo*, do qual se encontram notícias no *Manifesto em que expõe os procedimentos contra êle praticados pelos ex-regentes do reino*, de José Acúrcio das Neves (1822) e no *Diário das Côrtes*, n.º 106.

Em absoluto havido como homem probo, confiaram-lhe mais tarde a presidência da Comissão de inventário e administração dos bens dos conventos abandonados, encargo que desempenhou gratuitamente e com tal zelo que em portaria lho louvaram.

O primo e colega, que falira fraudulentamente, entrou ao serviço da Câmara Municipal como seu escrivão, da qual em 1832 fugiu com diversos valores. Requisitaram-lhos em 1834, mas perfidamente respondeu que os tinha entregue ao procurador da cidade. Todas essas prendas não obstaram a que os seus descendentes lograssem a honraria de fidalgos da Casa Real. Muitos desta massa foram feitos.

*
*
*

Em 1810 nasceu Henrique Sousa Reis na Póvoa de Varzim, onde seus pais se haviam refugiado com temor da invasão das tropas de Massena, após a batalha do Buçaco, propalada no dia 27 de Setembro, depois conhecido por segunda-feira das trouxas, em razão da muita gente que fugiu de suas casas carregada com o que podia. Todavia, por meio dum processo canónico foi transferido para a freguesia da Sé, do Pôrto. Em 1827 embarcou para o Rio de Janeiro, o que se julgou ter contribuído para a morte da mãe. Três causas determinaram essa viagem, que lhe motivou o abandono dos estudos preparatórios para a entrada na universidade de Coimbra: o embaraço financeiro do pai, o jôgo das lutas político-constitucionais do país e o gôsto pelo comércio ou a má-vontade às letras. Esta foi inteiramente desmentida pelo seu *curriculum vitae*, sobejando, pois, razão a Henrique Sousa Reis ao declarar, na genealogia da sua família, que tal gôsto comercial o provocava apenas o empenho de arranjar dinheiro para os seus apetites de rapaz, os de vestir bem e divertir-se, os quais não podia satisfazer,

atenta a pobreza do pai. Este, durante 17 anos, só pôde oferecer-lhe a quantia de 720 reis.

No Brasil não o bafejou a fortuna e, por vezes, em perigo de morte se viu. Grandes amarguras o experimentaram como caixeiro de vários armazéns. No trapiche da Saúde foi atacado certa noite no quarto por uns escravos negros que de dia castigara por os surpreender a roubar açúcar; apertado pelo ataque, não teve outro remédio senão lançar-se da janela ao mar para salvar a vida. Quando tratava de se estabelecer, declarou-se a revolução de 7 de Abril de 1831, que por três vezes lhe proporcionou risco de morte, em perseguições de *mata que é pé de chumbo*. Já no tempo era sangrento o nativismo. Tais vicissitudes constrangeram-no a regressar à pátria nesse ano.

Então, decidiu o pai encarreirar-lo na vida eclesiástica, cujos estudos principiou. Não os concluiu porque o bispo eleito Frei Manuel de Santa Inês o nomeou seu secretário, por recomendação de João Pedro Ribeiro, com quem Sousa Reis mantivera cordiais relações, enquanto, como liberal, esteve refugiado no Pôrto. Chegada a sua hora, mestre Ribeiro, feito provisor e juiz dos casamentos da diocese do Pôrto, não se esqueceu do mancebo e das provas de estima recebidas, o que hoje já não se usa.

Em tal situação, um conflito com Frei Francisco da Ave Maria Leal, do convento dos Grilos e abade de Santo Ildefonso, conselheiro e director espiritual do bispo, que todas as tardes caía no domínio de Baco, prestes foi de lhe causar a perda do lugar, pois o frade exigiu do bispo a expulsão de Sousa Reis. Santa Inês, porém, não anuiu, mercê da estima que votava a Sousa Reis, por este ganhar em virtude do seu zelo e da sua probidade. Valeram-lhe estes atributos o lugar de chanceler do bispado, em 1834, e, por portaria, de distribuidor da Mitra, em 1836, os quais exerceu até à morte do prelado (1840). Durante esse período, em que estiveram suspensas as ordenações eclesiásticas, casou com D. Joana Izabel Dias, mulher pobre, falecida em 1859, de quem houve cinco filhos. Ao facto refere-se êle mesmo: *As galantarias de rapaz iam-me conduzindo à seriedade e até ao cativoiro de chefe de numerosa família, a qual durante tantos anos me converteu em escravo de sua decência e bem-estar.*

Despacharam-no, em 7 de Janeiro de 1842, para

guarda-sala da Biblioteca Municipal, em vez de 2.º bibliotecário, como lho prometera e quisera Costa Cabral, seu amigo. Aí aproveitou o ensejo para estudar e coleccionar numismática e como era mui diligente no serviço, não lhe faltaram louvores dos chefes. Anos volvidos, transferiram-no para a secretaria da Câmara como official-maior, em cujo lugar cumpriu comissões especiais, como a da reforma da administração da Roda dos Expostos, feita em quatro meses, e a de tesoureiro do concelho.

Não o esterilizaram as occupações burocráticas — porquanto à elaboração de muitas obras históricas soube entregar as suas canseiras e nela despendeu a sua capacidade mental — nem lhe anularam os brios patrióticos, pois em 1842 foi nomeado alferes da 5.ª companhia do 2.º batalhão nacional fixo no Porto e em 1846 fizeram-no alferes da 1.ª companhia do batalhão dos empregados públicos do Porto.

E' óbvio que aos seus lugares da Biblioteca, onde com afã e desvelos juntou um apreciável medalheiro, e da Câmara, em cujo arquivo riquíssimo de farto rebuscou, se deve o exercício dos seus trabalhos históricos, a consagração do seu espirito ao estudo da história citadina, visto que a esse periodo pertencem todas as suas bastas obras, deploravelmente ainda manuscritas e, em parte, ignoradas. Ele próprio o confessa: *Foi na Biblioteca que o amor das letras o tornou assíduo estudante.*

Gasto por um exaustivo labor, morreu em Outubro de 1876. No cemitério do Reposo, dorme plácidamente o sono derradeiro e plácidamente aguarda a nossa companhia. Se não dispusesse de recursos bastantes, recebidos da avó, pobre viveria e pobre morreria — que tal é o preço da honestidade na vida.

Facto singular: a morte não o colheu de surpresa. Anteviu-a lúcidamente e anunciou-a, pelo que para a homenagear se preparou e vestiu a preceito. E, na verdade, no dia seguinte ao do seu natalicio, surgiu a grande e constante Vitoriosa.

Para complementar esta noticia biográfica falta o rol das obras escritas pelo notável cronista da história tripeira. Ei-lo:

- Descrição historica da antiquissima Vila Nova de Gaya* — 1849.
Descrição historica, topográfica e etimológica da serra do Bussaco — 1847.
Apointamentos para os annais municipais do concelho do Porto desde 1832-39.
Guia do convite para a solene festividade e procissão de Corpus Christi — 1858.
Guia para a festividade e procissão de Corpus Christi do Porto — 1850.
Documentos relativos á festividade e procissão de Corpus Christi — 1851.
Descrição da antiga procissão de Corpus Christi do Porto — 1868.
Noticia de todos os acontecimentos succedidos no Porto pela morte de D. Maria II — 1855.
Ceremonial que se observou na recepção de D. Maria II e de D. Fernando II com que se dignaram honrar o Porto em 29 de abril de 1852 — 1852.
Documentos relativos aos actos publicos e solemnes em obsequio de D. Pedro V — 1855.
Vida de D. Manoel de Santa Ignez — 1864.
Descrição da solene entrada do bispo D. Antonio Fonseca Moniz — 1855.
Colecção de leis relativas á administração municipal que dizem respeito á do concelho do Porto — 1857.
Descrição da solene entrada do bispo D. João de França — 1862.
Cronica do principe D. Antonio Prior do Crato — 1875.
Numismatographia portuguesa — 1856.
Papeis sobre os festejos de D. Luiz I no Porto.
Apointamentos diversos de pessoas reais que vieram ao Porto e do exame feito ao coração de D. Pedro IV.
Mapa sinoptico, estatistico-historico dos mananciais publicos do Porto — 1867.
Documentos officiais do coração e estatua de D. Pedro IV — 1858.
Apointamentos para a historia do Porto — 1863-72 ⁽¹⁾.
Lembranças de tres penedos que vi e examinei e que permanecem nas terras pertencentes á quinta da Lama, em S. Cypriano de Taboado (No Ateneu Commercial do Porto).
Descrição da visita que eu e meu irmão Alberto Alex. Duarte e Souza fizemos ás Caldas de Vizela, Guimarães e Braga, nos fins de 1867. (No Ateneu C. do Porto).
Recordação da minha 1.ª visita á cidade de Coimbra nos fins de julho de 1865. (No Ateneu C. do Porto).
Recordação da minha visita á serra do Bussaco no dia 15 de setembro de 1866 em companhia de meu irmão Alberto Alex. Duarte e Souza e nosso sobrinho Diniz. (No Ateneu C. do Porto).
Index alfabético de todos os editais, posturas, regulamentos, dispo-

(1) Todas estas obras foram oferecidas á Câmara Municipal do Porto pela filha D. Adelaide, com o encargo da conservação da capela sepulcral do pai.

sições, arrematações, portarias e mais papeis que existem encadernados desde 1822 até 1847. (No Ateneu C. do Pôrto).

A *genealogia* das Famílias de que descende Henrique Duarte e Sousa Reis, escrita em 1869. (Na posse do Ex.^{mo} Sr. João Gonçalves de Sousa, chefe de serviço da Biblioteca do Pôrto. E' deveras interessante esta obra como prova das crueis vicissitudes da vida e como paradigma monográfico duma família).

Deixou, também, uma cópia existente no Ateneu Commercial do Pôrto, do importante manuscrito de Santa Rosa de Viterbo: *Moedas de Portugal antigas e modernas, segundo os melhores autores e particulares observações de um curioso antiquário*, 1784, possuido por D. Isabel Júlia Duarte e Sousa Santiago, proprietária do Paço de S. Cipriano (Taboadelo), onde o dito Ms. deve ainda existir.

CARLOS DE PASSOS.